

## AS PRISÕES ESPACIAIS DO TRABALHO

### **Precariedade estrutural do trabalho e forma-conteúdo espacial cidade pequena (Monte Alegre /SE e Batalha/AL, 1960-2023)**

**RESUMO:** O artigo pretende resumir pesquisa de mestrado em Sociologia do Trabalho sobre a relação entre a precariedade estrutural do trabalho e a forma-conteúdo espacial cidade pequena. A pesquisa tem como campo empírico imediato duas cidades pequenas do sertão nordestino, Monte Alegre/SE e Batalha/AL, e analisa aquela relação em ambas desde a constituição das localidades enquanto cidades até o presente. É uma pesquisa com metodologias mistas (métodos quantitativos na análise de dados estatísticos secundários, método qualitativo entrevista semiestruturada com dezenas de trabalhadores das duas cidades e com múltiplos recortes sociais amostrais e revisão de ampla literatura sociológica, historiográfica, econômica e geográfica), uso de dados convergentes e predomínio de viés qualitativo.

#### **1 INTRODUÇÃO**

O objeto da pesquisa é o conjunto das relações laborais precárias nas pequenas cidades sertanejas de Monte Alegre de Sergipe/SE e Batalha/AL entre 1960 e 2023 e a relação da precariedade estrutural dessas relações sociais de produção com a forma-conteúdo espacial cidade pequena. Logo, fazemos uma pesquisa de Sociologia do Trabalho na interface com uma Geografia do Trabalho que, iniciada pelo geógrafo francês Pierre George em “*Les Populations Actives: essai sur la géographie du travail*” (GEORGE, 1979), abriu um campo de pesquisa que não encontrou continuadores à altura. Assim, procura-se responder como a precariedade estrutural do trabalho é determinada, qualificada, adquire certos traços característicos em virtude do espaço geográfico em que se desenvolve, espaço este expresso como forma-conteúdo-espacial cidade pequena (SANTOS, 1979 a, p. 36-54; SANTOS, 1979 b, p. 69-75; SANTOS, 2020, p. 11-32). E isto se faz com mudanças tanto nos processos do tempo histórico que incidem sobre frações do espaço, onde sofrem adaptações, quanto nas mudanças nos fragmentos do espaço atingidos por esses processos do tempo histórico, ou, na certa e bela síntese de Milton Santos: “*O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado*” (SANTOS, 2005, p. 163; destaques nossos).

Este último fato implica em conhecer e avaliar o peso determinativo de dois processos geográficos: o papel das respectivas cidades e suas *hinterlândias* na divisão territorial do trabalho e as funções urbanas cumpridas pelas respectivas cidades nas redes urbanas, nas redes de localidades centrais em que estão situadas<sup>1</sup>. O problema, tal como está redigido, não gira no nada, no vazio sociológico: ele supõe sujeitos individuais e coletivos, além de sujeitos institucionais como o Estado, como instrumento de operação do capital para realizar as transformações nas diversas divisões territoriais do trabalho em ambos as cidades e suas *hinterlândias*<sup>2</sup>. O problema igualmente supõe que há uma relação de causalidade entre fatos, relação esta que assume regularidades e direções específicas, conformando tendências, nada mais do que regularidades tendenciais contrariadas por contratendências. O problema de pesquisa demanda profundo conhecimento da realidade histórica, espacial, social, econômica e política local, e o acesso a essas dimensões do objeto dependeu da análise de fontes historiográficas e memorialísticas locais<sup>3</sup>, bem como de um amplo conhecimento de variadas fontes estatísticas de informações quantitativas e, por fim, da análise das 70 trajetórias socio-laborais que foram conhecidas através das entrevistas realizadas com 32 trabalhadores precários em Monte Alegre e com 38 trabalhadores precários em Batalha, entre junho de 2021 e setembro de 2022 e dos cadernos de campo referentes à pesquisa<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> GEORGE, 1975, p. 159-188; SANTOS, 2013, p. 77-90, 91-99, 107-119, 121-130; SANTOS, 2021, p. 109-140; SANTOS, 2018, p. 227-313; SANTOS, 2004, p. 165-176, 249-260; SANTOS, 2012, p. 26-30, 57-76, 145-144; SANTOS, 2020, p. 11-33, 101-118, 163-185; SANTOS, 2009 a, p. 53-76, 99-104, 129-140; SANTOS, 2005, p. 137-144, 155-164, 165-170; CORRÊA, 1965; CORRÊA, 1992; CORRÊA, 1999; CORRÊA, 2001 a; CORRÊA, 2001 b; CORRÊA, 2011; DINIZ, 1969; DINIZ, 1987; DUARTE, 1971; SILVA *et al.*, 1971; FERRARI, 1990; FRESCA, 1990; BERNARDELLI, 2004; BACELAR, 2008; ENDLICH, 2009; FRESCA, 2010; FRESCA, VEIGA, 2011; ENDLICH, 2017; SILVA, GOMES, SILVA (Org.), 2009; SAVÉRIO, JURADO DA SILVA, 2013, p. 17-62, 81-129, 135-142; MOREIRA, 2017; MOREIRA, SANTOS, 2016; NOGUEIRA, 2013; NOGUEIRA, 2016; SILVA (Org.), 2021.

<sup>2</sup> CARVALHO, 2021; CARVALHO, 2012, p. 6-36, 40-57, 60-96, 98-122; SUBRINHO, 1987; SILVA, 1981; VILLAR, 1991; SANTOS, ANDRADE, OLIVEIRA, 1987; FERRARI, *Op. Cit.*; DINIZ, 1969; DINIZ, 1987; CORRÊA, 1963; CORRÊA, 1965; RISÉRIO, 2010; ALMEIDA, 1991; SANTOS, 2011; SANTOS, 2019; JÚNIOR, 2017; AUTOR, 2023, p. 3-5, 54-63, 178-189, 199-238; ANDRADE, 2005; MELO, 1980; MEDEIROS, 2018; LIMA, PINTO, 2007; DANTAS, 2022, p. 59-70, 118-126, 176-186, 236-247; APRATTO, 2022, p. 41-64, 237-256; LACERDA, 2012; SANTOS, 2018, p. 18-33, 53-56, 76-98, 99-123; OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 1981; OLIVEIRA, 1998; SÁ JR., 1973; SAMPAIO (Org.), 1987; CARVALHO, 1988; DUARTE, 1988, p. 55-83; FURTADO, 2004; FURTADO, 2009; FURTADO, 1989, p. 15-23; SAMPAIO, BROIETTI, MEDEIROS, 2005; SOUZA, 2008; CAMPOS, 2001; CAMPOS, 2016; SAMPAIO, 2014; LIRA, 2007; OLIVEIRA, 2024; AUTOR, 2024, p. 457-475, 518-549.

<sup>3</sup> IBGE, 1959 a; IBGE, 1959 b; IBGE, 1955; PASSOS, 2002; OLIVEIRA, 2006; AMORIM, 2006; PAULO, 2017.

<sup>4</sup> Amostras qualitativas, não compostas estatisticamente. Sua razão assenta na tentativa de captar o maior número de formas de trabalho possíveis nas pequenas cidades, no maior número possível de setores econômicos, na formalidade e na informalidade, nos meandros da pobreza e nas posições inseguras das classes médias, entre os jovens e os idosos, entre os homens e as mulheres etc. Assim, buscou-se compensar a falta de estratificação estatística da amostra com o caráter artesanal de sua montagem e com sua saturação empírica. Ela pretendeu conhecer e entender processos estruturais que, não obstante demandarem dados quantitativos, precisam ser lidos à luz de dados qualitativos para que ganhem sentido mais amplo. Em síntese é uma pesquisa qualitativa que realiza o uso convergente de dados qualitativos e de dados quantitativos, uma pesquisa qualitativa mista (GIL, 2021, p. 67-68). **Obedecendo à sua natureza mista, a pesquisa compôs a amostra** de entrevistados por *acessibilidade, tipicidade e intencionalidade* (*Ibid.*, p. 106-107).

De certo que a precariedade do trabalho, notadamente suas expressões contemporâneas decorrentes do processo de precarização, vem sendo exaustivamente estudada no campo das Ciências Humanas. Entretanto, o amplo e variado universo dos estudos que têm como objeto as formas precárias de trabalho tem orientado suas lentes para o mundo do trabalho específico das grandes metrópoles ou para alguns setores agrários onde se conjugam em aliança capital agroindustrial e financeiro. Assim, há uma ausência de estudos que devessem sociológica e geograficamente o mundo do trabalho das pequenas cidades. Mas o que chamamos de pequenas cidades? Partimos da ideia de que são *hábitats* humanos concentrados que se distinguem por atenderem necessidades básicas, por terem funcionalidades mínimas do urbano, apresentando autonomia funcional em relação à produção agropecuária ou mineira da sua *hinterlândia* e atendendo sistematicamente necessidades urbanas da população da *hinterlândia*, sendo um local de distribuição de bens e serviços (SANTOS, 1979, p. 70-71). A emergência dessas cidades locais está atrelada ao processo de desenvolvimento do capitalismo, produzindo novas necessidades de consumo, uma segmentação do espaço em circuito inferior e superior e uma rede de localidades centrais que distribui essas novas mercadorias propagandeadas pelo rádio, pela integração territorial nacional e pelas alterações das relações de produção no campo<sup>5</sup>. Essa ausência de estudos acadêmicos sobre a citada realidade urbana e social não faz jus à importância das pequenas urbes. É fato que a maioria da população brasileira habita as médias e grandes cidades, que também concentram as atividades que controlam e conduzem os processos socioeconômicos e políticos predominantes na sociedade brasileira. Entretanto, as pequenas cidades têm importância demográfica, concentrando percentual significativo da população brasileira: nos municípios com até 50.000 habitantes vivia 36,8% da população brasileira em 2000 e 33,5% em 2010 (AGÊNCIA IBGE, 2013). Além disso, têm também importância política, pois constituem *locus* por excelência de trocas políticas clientelísticas responsáveis, em parte, pela demasiada representatividade, no legislativo federal, de sujeitos político-econômicos que constituem minorias demográficas e que não advém, necessariamente, dos setores econômicos dominantes nacionalmente<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Logo, as cidades pequenas são as cidades locais. *Idem*, p. 72; SANTOS, 2018, p. 35-39; CORRÊA, 2001 a, p. 17-32; ENDLICH, 2009, p. 21-37; ENDLICH, 2017, p. 49-56. Uma questão relevante é a da dimensão demográfica que serviria de critério para qualificar uma cidade como local ou pequena. Uma discussão qualificada a esse respeito está em SPOSITO, JURADO, 2013, p. 30-46. Ver IBGE, 2020, p. 39 (mapa 23) e 40 (mapa 24) para as duas cidades pesquisadas.

<sup>6</sup> SANTOS, 2006; AUTOR, 2023, p. 1-11, 54-63, 64-107, 178-238.

Não obstante os estudos de Sociologia do Trabalho, ou com marcada influência da área, levarem em conta as heterogeneidades no mundo do trabalho, notadamente as de gênero, de qualificação e de condição étnico-racial<sup>7</sup>, é persistente a ignorância da heterogeneidade espacial do trabalho, mais especificamente a distância entre as condições e formas do trabalho nas grandes e nas pequenas cidades. Mesmo autores com vasta experiência empírica e domínio teórico como Ricardo Antunes têm enorme dificuldade em considerar esses espaços periféricos, marginais, do capitalismo, como atesta, apenas a título de exemplo, um artigo seu em que faz um balanço empírico de pesquisas sobre o trabalho precário na indústria, no agronegócio e nos serviços, destrinchando as tendências heterogeneizadoras do que chama um novo proletariado precarizado: neste artigo, enfeixado em coletânea recente, o importante sociólogo não analisa as razões de uma diferença salarial média de 148% e 139% respectivamente em 2007 e 2012 entre as plantas industriais da General Motors em São Caetano do Sul/SP e Gravataí/RS, ambas cidades médias em regiões metropolitanas, com a vantagem sendo favorável à fábrica na cidade paulista (ANTUNES, 2020, p. 129); ou seja, ele, diante de um dado significativo, está simplesmente desprovido de motivação teórica para perceber uma outra dimensão da realidade e analisá-la. Tomando ainda como exemplo o caso acima comentado, mais chocante ainda considerar que essas assimetrias geográficas são bem mais abissais quando notamos que a remuneração média dos operários da automobilística em Gravataí/RS era significativamente maior do que a média salarial dos trabalhadores formais de Monte Alegre/SE e Batalha/AL<sup>8 9</sup>.

---

<sup>7</sup> ANTUNES, 2015; ANTUNES, 2019; HIRATA, 2002; GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA (Org.), 2009; BRAGA, 2012; BRAGA, 2023; HUWS, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2019.

<sup>8</sup> 61% maior do que a renda média dos trabalhadores formais na cidade sergipana, na qual três quartos dos formalmente ocupados eram servidores públicos, e 216% maior do que a média do trabalho formal na cidade alagoana, na qual também três quartos dos trabalhadores são funcionários públicos. Se acrescentarmos a isso o fato de que, só a título de exemplo, apenas 7,3% dos trabalhadores assalariados da cidade de Batalha/AL eram, em 2010, assalariados formalizados, ao mesmo tempo que em Monte Alegre no mesmo ano este percentual era de 10,2% dos assalariados, enquanto em Gravataí eles eram 56,5% no mesmo ano, começamos a dimensionar a distância entre os dois mundos urbanos, aquele recorrentemente estudado pela Sociologia do trabalho e aquele que sequer consegue ser percebido por ela. O cálculo da diferença entre as remunerações médias comparadas se deu comparando os dados citados por ANTUNES, 2020, p. 129 para os operários de Gravataí/RS em 2012 com os dados da pesquisa Cadastro Central de Empresas – CEMPRE do IBGE, conforme dados disponibilizados em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/monte-alegre-de-sergipe/pesquisa/19/29761?tipo=grafico&indicador=29765&localidade1=270070> (acessado às 02h23 de 12/08/2022). Os percentuais de formalização do trabalho foram calculado com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, com dados da Amostra referentes às condições de trabalho na localidade, conforme disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/monte-alegre-de-sergipe/pesquisa/23/22957?detalhes=true> (acessado às 16h17 de 12/08/2022).

<sup>9</sup> Já em recente balanço bibliográfico, sociólogos indicam os novos campos temáticos que se desenham para a Sociologia do Trabalho e nenhum deles aponta para a consideração a respeito das desigualdades regionais do trabalho e muito menos das desigualdades entre os distintos universos urbanos. Em suma, as pesquisas recentes da área em questão continuam a não enxergar o espaço geográfico em geral e as cidades pequenas em particular (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 11-14). O espaço geográfico é ignorado pela Sociologia do Trabalho em seu conjunto mesmo quando se trata de iniciativas de pesquisas comparativas entre a realidade da precarização do trabalho

## 2 HIPÓTESES E TESES: O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO MEDIAÇÃO PARTICULAR

O espaço geográfico é a mediação que explica as modulações particulares da precariedade do trabalho nas cidades pequenas, particularidades que se expressam nas seguintes situações estruturais, tomadas como os cinco indicadores mais significativos de precariedade objetiva do trabalho: 1) *numa informalidade muito maior* do que a verificada nas periferias das grandes e médias cidades; 2) *na sub-remuneração da força de trabalho estruturalmente inferior ao já elevado grau de superexploração da força de trabalho* nos países dependentes e subdesenvolvidos; 3) *na dependência muito maior dos trabalhadores moradores dessas cidades em relação aos recursos externos ao trabalho* (aposentadorias, pensões, demais benefícios previdenciários, BPC's e Bolsa Família); 4) *numa dependência muito mais elevada, por parte dos trabalhadores locais, de trocas políticas clientelísticas* em que cidadãos e líderes políticos usam a máquina pública estatal local como escape para obtenção de ocupação laboral e complementação de renda; 5) e *pela estrutural propulsão para expelir força de trabalho* (ou seja, a maioria dos trabalhadores das pequenas cidades ou é filho direto de migrantes que nelas se alojaram ou são, eles mesmos, migrantes, pendulares ou definitivos ou, quando jovens, enunciam amplamente planos de migrarem)<sup>10</sup>. *Assim, é a forma-conteúdo espacial cidade pequena que estrutura esses marcos econômicos-sociais que orientam as relações sociais das cidades pequenas, pois definem os limites das ocupações, das rendas, do consumo, da afirmação de status etc.*<sup>11</sup>

---

em países distintos, como é o caso das obras coletivas GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, *Op. Cit.* e GUIMARÃES, HIRATA (Org.), 2006. O mesmo problema acomete o livro do sociólogo Pietro Basso na sua comparação entre Alemanha, França e Itália (BASSO, 2018). A única exceção é FÉLIX, 2019, com seu estudo sobre a mobilidade territorial da força de trabalho entre as pequenas cidades do Sudeste do Pará. As demais pesquisas da Sociologia do trabalho ou áreas afins que fazem referência às pequenas cidades não analisam o mundo do trabalho nelas, mas em cadeias produtivas ou setores econômicos específicos, cujas grandes empresas estão instaladas, por razões de custos e logística, em algumas poucas cidades pequenas, como no caso dos frigoríficos de aves e suínos em pequenas cidades catarinenses e paranaenses, ou o caso da indústria petrolífera no norte fluminense, ou ainda o caso da indústria calçadista implantada em pequenas cidades e mesmo em povoados do agreste e sertão sergipano, por exemplo (GEMELLI, 2011; JESUS, 2012; SIRELLI *et al.*, 2012; REIS, 2016). Não são pesquisas sobre o trabalho nas pequenas cidades, são pesquisas sobre os efeitos da reestruturação produtiva em empresas localizadas em pequenas cidades. Ou seja, não negam a tendência que foi apontada quanto à falta epistêmica da Sociologia do Trabalho. A análise mais qualificada dessa negligência científica com a mediação do espaço geográfico encontra-se na versão preliminar da dissertação (AUTOR, 2024, p. 312-427).

<sup>10</sup> Sobre a mobilidade territorial do trabalho como indicativo da precarização, ver: GAUDEMAR, 1977; GEORGE, 1979, p. 9-27, 32-42, 57-66, 78-79, 111-120, 122-126, 143-155, 191-199; GEORGE, 1975, p. 73-77, 139-188, 191-233; GEORGE, 1969, p. 67-89, 93-132, 156-162; SINGER, 1987; FÉLIX, *Op. Cit.*; FERREIRA, 2003; MOREIRA, SANTOS, 2016 e MOREIRA, 2017.

<sup>11</sup> Resumindo: o papel da cidade pequena na rede urbana dota ela de maior ou menor grau de complexidade econômica, concentra nela maior excedente econômico, o que cria desigualdades entre as localidades centrais, entre as cidades pequenas, mitigando a informalidade, a sub-remuneração do trabalho, reduzindo a dependência de recursos externos ao trabalho, reduzindo o grau de dependência do aparato de Estado local em relação aos repasses federais e estaduais, aumentando os índices de ocupação formal, reduzindo o grau de dependência de trocas políticas clientelísticas para obterem inserções laborais menos precárias e reduzindo a pulsão por migrar. Em segundo lugar, o espaço geográfico se realiza nas cidades pequenas através da divisão territorial do trabalho.

Para operacionalizar analiticamente essas determinações espaciais, porém, foi preciso trabalhar com um longo recorte temporal, de 1960 até 2023, já que as hipóteses são: **1) a precariedade do trabalho é estrutural nessas cidades pequenas desde quando elas se constituíram enquanto frações do espaço com funções específicas na divisão espacial do trabalho e como polos numa rede urbana subdesenvolvida e ainda em articulação frágil em virtude das limitações técnicas de transporte e da penúria material para universalizar o acesso a condições de bem-estar que são, simultaneamente, no capitalismo, condições para o aumento do consumo de mercadorias e do aumento da produtividade do trabalho e, assim, dos lucros; 2) a acumulação flexível, a reestruturação produtiva e o desmonte do fordismo como modo de regulação das relações capital-trabalho não tiveram efeitos devastadores sobre as pequenas cidades, porque nelas o fordismo nunca existiu, a ilegalidade das relações de trabalho sempre foi a norma e a "viração" constante para garantir o "de comer" no dia seguinte sempre foi expressa na absoluta e estrutural informalidade e no intenso pauperismo que marcava a vida laboral e social das diversas classes do trabalho nas duas pequenas cidades em questão; 3) as mudanças de centralidade das duas cidades pequenas campo do estudo e as mudanças dos municípios e suas respectivas micro e mesorregiões ao longo das décadas em relação à divisão territorial do trabalho lhes deu o perfil socioeconômico e demográfico que hoje têm, modificando a morfologia das classes trabalhadoras locais, sem que a precariedade deixasse de ser generalizada, reproduzida ao longo das décadas e, portanto, estrutural; 4) Em vista dessa mediações geográficas, as lógicas contemporâneas da precarização do trabalho, e não da sua condição de precariedade permanente, incorporam-se à realidade econômico-social locais através de ocupações e processos de controle capitalista e estatal da força de trabalho. Ou seja, a expansão para o universo das cidades pequenas em questão de formas de precarização laboral típicas da gestão neoliberal do Estado e do trabalho mutacionam e complexificam a morfologia do trabalho nessas pequenas cidades, mas, nesse processo de mudança da morfologia e da estrutura de classes local, a precariedade estrutural do trabalho é o fio que costura a urdidura das relações sociais de produção locais.**

Tracejamos acima nossas hipóteses. Há, porém, sustentando-as, duas teses basilares. A primeira é extremamente banal e constrangedora de ser pronunciada aqui, num evento de geógrafos, embora seja de difícil sustentação, surpreendentemente, no âmbito da Sociologia. Essa é a tese 1, mais abstrata e de natureza mais ontológica, pois vai no âmago das categorias mais universais que dão suporte ao ser social. Já a tese 2 é

uma ousadia teórica e epistemológica que julgamos salutar e necessária. **A tese 1** é a de que **o espaço geográfico é elemento objetivo ineliminável da realidade social e, por atravessar e participar da constituição de todas as ações, relações, processos e estruturas sociais, ele é mediação particularizadora de toda e qualquer relação e processo social**, de tal modo que uma Sociologia a-espacial é uma sociologia feita de banda, na qual falta um pedaço do mundo pesquisado, o que limita o grau de cientificidade, entendida esta como capacidade de reprodutibilidade teórica das realidades sociais objetivas estudadas. **A segunda tese é mais ousada**, porém. Ela brota, entretanto, desses 3 anos de pesquisas e não apareceu em nosso espírito desde o começo. Foi o compulsar do material empírico, das estatísticas, das entrevistas, das fontes memorialistas e historiográficas, das bibliografias mobilizadas, que fizeram emergir, a poucos meses atrás, o vislumbre de que talvez tenhamos atingido o patamar da teoria e possamos, com humildade científica, cheio de “poréns”, apresentarmos uma teoria para explicar a correlação entre espaço geográfico, enquanto formas-conteúdos espaciais, e o processo estrutural de precariedade do trabalho. Essa tese, explícita, que já está e continuará sendo discutida, analisada e sustentada na dissertação, é a seguinte: **quanto maior o nível de centralidade urbana da cidade, quanto mais relevante e complexas as atividades econômicas que ela cumpre na divisão territorial do trabalho e quanto maior o grau de controle que os capitais e agentes nela instalados conseguirem centralizar nela a retenção da riqueza aí produzida ou para ela drenada, menor será o grau de precariedade estrutural do trabalho nela verificado pelos cinco indicadores já citados.**

A tese 2 foi formulada para dar conta de uma dificuldade da Geografia quando lida com as cidades pequenas, pois, desde Pierre George e Milton Santos em 1972, se afirma as dificuldades de chegar a generalizações sobre as cidades pequenas, em virtude da sua enorme variabilidade devido a circunstâncias históricas de surgimento, aos processos econômicos aos quais estão ligadas, às condições espaciais de que “padecem” ou de que são “abençoadas” (GEORGE, 1975, p. 139-147, 160-173, 176-178; SANTOS, 1979, p. 69-75). Desde então, apesar das tentativas de sistematização, criação e aperfeiçoamento de uma tipologia por Roberto Lobato Corrêa, em que este diz que se trata apenas de recurso heurístico para apoiar pesquisas posteriores e não de uma teoria geral sobre a relação entre o espaço geográfico em sua forma-conteúdo cidade pequena e relações e processos típicos do capitalismo, não se avançou sobre a questão, antes se recuou e se chegou a impasses teóricos cujas soluções têm sido delírios voluntaristas em

política urbana e de desenvolvimento regional e a catatonia da constatação da impossibilidade de generalizar. Esse excesso de cuidado epistemológico, ou essa covardia epistêmica dos geógrafos especializados no assunto, evidencia-se pelas pesquisas empíricas mais destacadas da área, dos estudos empíricos mais focados e bem-feitos e das tentativas de sínteses teóricas mais recentes<sup>12</sup>. Toda esta bibliografia ou se limita aos estudos de casos e não se aventura a alcançar o nível teórico, restringindo-se a teorizações de curto alcance ou se perdem, na incapacidade de alçarem à teorização, no problema da diversidade empírica, não conseguindo enxergar mais do que diferenças entre os lugares, não conseguindo se alçar ao plano de teorizarem a particularidade das cidades pequenas enquanto forma geográfica mediadora de processos socioeconômicos.

Logo, surgindo a teoria em virtude de um mínimo de maturidade teórica, de um mínimo de domínio empírico e diante de um vazio a preencher, assumiremos essa tarefa. A gama de cidades a serem comparadas é diversa e revela assimetrias espaciais que vão para além das discrepâncias cidades pequenas/médias/grandes, pois incorpora cidades de todas essas dimensões de todas as regiões do país. Dessa multiplicidade de concretos, chegamos à síntese de múltiplas determinações. O uno e múltiplo, desde a Filosofia Grega, são faces simultâneas e inseparáveis do mundo. Não parece razoável continuar a destacar incansavelmente e agigantar o múltiplo, bloqueando saltos científicos que vão além do empirismo mais limitado, enquanto se nega a realidade do uno, da totalidade que se realiza na diversidade e que põe tendências atravessadas por contratendências (PINTO, 2020, p. 462-466). E é assim que a segunda tese aqui enunciada deve ser entendida. Não há que temer, pois “A ciência se opõe diametralmente à doutrina da unicidade. Está disposta a sacrificar a exatidão extrema que se pode obter sob o ponto de vista do único, do singular, a fim de ganhar a eficiência que lhe confere a generalização” (BUNGE, 1988 apud ENDLICH, 2009, p. 26). Se o saber científico, e filosófico, são arrogantes, e arrogantes são as hipóteses e teses esposadas pelos sábios do glorioso sodalício dos professores doutores, sábios do cenáculo do saber consagrado e convencional (GALBRAITH, 1987, p. 7-16), então não serei eu, um reles tabaréu sertanejo, a conter as tendências objetivas que o objeto de minha pesquisa tem posto repetidamente diante de mim.

---

<sup>12</sup> FERRARI, 1990; FRESCA, 1990; BERNARDELLI, 2004; FRESCA, 2005; LOPES, 2005; BACELAR, 2008; MELO, 2008; ENDLICH, 2009; SILVA *et al.* (Org.), 2009; CASTILHO, 2009; FRESCA, 2010; FRESCA, VEIGA, 2011; SPOSITO, JURADO, 2013; ENDLICH, 2011; MOREIRA, 2017; MOREIRA, SANTOS, 2016; NOGUEIRA, 2013; NOGUEIRA, 2016; OLANDA, 2019; SILVA (Org.), 2021; SAGGIORATO, 2021.

### **3 BREVES APONTAMENTOS EMPÍRICOS: INDÍCIOS DA PRECARIIDADE ESTRUTURAL PRODUZIDA PELA MEDIAÇÃO DA FORMA-CONTEÚDO ESPACIAL**

Em virtude da exiguidade do espaço para trazer aos leitores evidências diversas descobertas no curso da pesquisa que confirmam suas duas teses e quatro hipóteses, nos limitaremos aqui a aflorar, de forma telegráfica, apenas alguns indicativos de validade delas. Partindo do suposto de que as condições econômicas, sociais e espaciais intervenientes no longo recorte temporal pesquisado foram apontadas na introdução e as fontes das informações e abordagens que as sustentam constam das notas de rodapé nº 2, nº 4, nº 5 e nos suportes metodológicos referidos na nota nº 6, iniciamos aqui a exposição de traços mais fortes no presente do mundo do trabalho de ambas as cidades. Abordaremos a voos de pássaro 1) a informalidade contemporânea nas duas cidades e a dependência das trocas políticas clientelísticas; 2) a urbanização de suas atividades econômicas, de sua estrutura ocupacional, de seu território e de sua população; 3) a sub-remuneração de seus trabalhadores; 4) breve exposição de dados que indicam um mínimo de viscosidade para a tese 2, com rápidas comparações com cidades escalonadas em níveis de centralidade desiguais.

*1 É pequeno o número e o percentual de trabalhadores formalizados nos dois municípios*, com sobrerrepresentação de servidores públicos com esse tipo de vínculo trabalhista menos instável, menos precário. Tal constatação se sustenta em dados referentes à quantidade e tipos de vínculos dos servidores públicos que cobrem o período entre 2001 e 2020, além de dados do número de empresas/unidades empregadoras e número de ocupados formais nas mesmas bem como suas médias salariais entre 2008 e 2020, percentual dos servidores públicos no universo dos formalmente ocupados (que aumentou significativamente, em Monte Alegre, de 65,8% em 2014 para 95,9% em 2020; em Batalha subiu absurdamente de 54,8% em 2014 para 95,6% em 2020) e o percentual da população total do município formalmente ocupada entre 2014 e 2020 (em Monte Alegre oscilou de 4,8% para 5,1% entre 2014 e 2020 e em Batalha de 9,1% para 7,8% em 2020, apesar do crescimento gigantesco, em ambas as localidades, do número de servidores municipais contratados sob vínculo formal precário temporário). Tais dados indicam a fragilidade das economias locais, que desagua na forma de um pauperismo que busca se valer das trocas políticas clientelísticas, com as prefeituras, igualmente paupérrimas, absorvendo grande número de servidores contratados após o início da crise econômica em 2015 e ao longo de seu agravamento. Em Monte Alegre, entre 2001 e 2020, cresce em 50,4% o número de estatutários; no mesmo período, cresce em 65,7% o número de servidores e em 107,5% o número de contratados. Esses elevados percentuais de crescimento

no número de servidores no período de duas décadas não podem ser tributados ao crescimento populacional, pois este foi inferior ao crescimento do total de servidores públicos, do total de estatutários e do total de contratados, uma vez que o crescimento populacional foi de 28,5%. Podemos verificar que os picos de crescimento do número de servidores se dão em 2019 e 2020, ano de véspera e ano de eleição, no caso em questão, uma eleição marcada pela fragmentação das elites políticas locais, contexto no qual os vínculos empregatícios com a prefeitura assumem maior valor nas trocas políticas clientelísticas locais (crescimento de 117,5% no número de contratados entre 2018 e 2020). Outro ponto que serve de sustentação para essa hipótese é o fato de que entre 2006 e o ano eleitoral de 2008, houve crescimento de 64,8% no número de contratados. Por fim, outra evidência disto é o aumento no número de contratados entre 2015 e 2017, ano em que o novo grupo vitorioso tenta aplacar os apetites de sua base: houve crescimento de 280% no número de contratados no período.

No caso de Batalha, o número de servidores cresceu 131,2% ao longo do período, enquanto o número de estatutários cresceu apenas 27,4%. Assim, o crescimento no número total de servidores explica-se pelo excepcional crescimento no número de contratados, que foi de 565,5%. O crescimento do número de servidores, seja no total, seja nas categorias, foi muito acima do crescimento populacional do período, de 22,3%. Há uma tendência de crescimento dos estatutários em termos de percentual do conjunto de servidores entre 2001 e 2008, tendência que vai se revertendo a partir de 2009, sofre queda acelerada em 2018 e que acaba por ter seu zênite em 2019 e 2020, quando o número de contratados é multiplicado por dois, perfazendo aproximadamente 60% de todos os servidores municipais nos dois anos. Essa oscilação tendencial também parece estar atrelada ao mesmo jogo de trocas políticas verificadas em Monte Alegre/SE, o que é mais evidente na preparação para as eleições de 2020 e, em menor medida, durante a campanha para deputado estadual do político hegemônico na localidade, em 2018, que utiliza a prefeitura como instrumento na tessitura de sua ascensão na carreira política (20,8% de crescimento do número de contratados de 2017 para 2018, praticamente o dobro do crescimento verificado entre 2015 e 2017). Logo, em relação ao percentual de pessoas formalmente ocupadas, parece evidente que há uma subida constante em Monte Alegre de 2017 a 2019 vinculada à expansão do número de servidores contratados, conforme se pode ver cruzando os dados citados e aqueles referentes ao pessoal ocupado na administração. Percebemos que em Batalha o número de ocupados formalmente era 65% maior que em Monte Alegre no ano de 2010 e 84% em 2020, diferença que neste ano parece dever-se quase

integralmente à maior expansão no número de servidores (83,5% maior), enquanto em 2010 se devia não apenas a isso, mas também ao maior número de unidades empregadoras em Batalha<sup>13</sup>.

Entretanto, estes dados não dão a real dimensão da persistente precariedade laboral vigente nessas localidades. Uma das dimensões dessa realidade, a informalidade, precisa ser detalhada tomando por referência os dados do censo de 2010. Vejamos, superficialmente, o caso de Batalha. Em 2010 apenas 19,4% das pessoas que o IBGE classificou como “ocupadas” em Batalha exerciam atividades formalizadas. Ou seja, 80,6% trabalhavam na informalidade<sup>14</sup>. Esse número, entretanto, engloba todas as categorias de pessoas ocupadas, sejam assalariados, trabalhadores por conta própria ou patrões. Quando especificamos por categoria, a realidade laboral batalhense se mostra ainda mais precária. Pensemos, por exemplo, que em 2009 existiam 828 servidores em Batalha, totalizando apenas 13,5% dos ocupados do município, mas compondo 69,7% dos ocupados formais, das pessoas com emprego; esses dados indicam que a parcela dos ocupados locais formais era em sua esmagadora maioria composta de servidores públicos, que, por outro lado, representam pequena minoria no conjunto dos ocupados, o que torna razoável e necessário excluí-los da conta na hora de verificarmos a intensidade da precariedade da grande maioria dos trabalhadores do município. Pois bem, excluindo os servidores, a informalidade em Batalha alcançava 94,2% dos ocupados em 2010, um cenário verdadeiramente desolador. Do conjunto dos assalariados, excluindo os servidores, apenas 5,7% dos trabalhadores tinham carteira assinada<sup>15</sup>. Em resumo, Batalha oferece ocupações, mas não empregos, e ocupações pessimamente remuneradas.

Retomemos a questão da baixa remuneração da força de trabalho. A referência imediata quando pensamos nisso é o salário-mínimo. No entanto, ele é uma referência que precisa ser relativizada, pois não consegue atender às necessidades constitucionais que o definem. Calculava-se que, em abril de 2010, para um salário-mínimo legal de R\$510,00, o necessário

---

<sup>13</sup> A diferença no número de ocupados e assalariados é 3,5 vezes maior do que a diferença populacional entre os dois municípios (Batalha tinha 23,5% habitantes a mais que Monte Alegre na estimativa populacional de 2017, mas tinha 86,3% a mais de ocupados no mesmo ano), o que indica que a maior ocupação não decorre de uma maior população, mas do fato de que o município alagoano tem 2,2 vezes mais unidades empregadoras que o município sergipano (em 2017 eram 157 em Batalha e 71 em Monte Alegre). Em suma, Batalha é um centro local mais dinâmico que Monte Alegre, o que explica sua maior receita orçamentária e maior contratação de servidores.

<sup>14</sup> Estes percentuais são encontrados cruzando o número de ocupados segundo o Censo de 2010 (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/batalha/pesquisa/23/22957?detalhes=true>, acessado às 06h45 de 27/09/2022) com o número de ocupados formais da pesquisa Cadastro Central de Empresas – CEMPRE para o mesmo ano (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/batalha/pesquisa/19/29761?ano=2010>, acessado às 07h02 de 27/09/2022).

<sup>15</sup> Estes percentuais são encontrados cruzando os dados do Censo de 2010, já citados, com dados da pesquisa MUNIC – Perfil dos Municípios Brasileiros de 2009, também do IBGE, encontráveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/batalha/pesquisa/1/91963?ano=2009> (acessado às 07h57 de 27/09/2022).

era de R\$2.257,52, ou seja, uma diferença de quase cinco vezes<sup>16</sup>. Feitas essas ressalvas, vamos aos números. Em 2010, 37,4% da PEA de Batalha não tinha renda, 11,6% tinham renda mensal de até ¼ de salário-mínimo, 8,5% tinham renda de mais de ¼ até ½ salário-mínimo, enquanto 28,7% tinham renda de mais de ½ até 1 salário-mínimo. Resumindo, naquele ano, dos 13.798 indivíduos pesquisados (todos os habitantes do município com mais de 10 anos de idade), 86,2% recebiam no máximo um salário-mínimo<sup>17</sup> e 94,3% dos assalariados tinham uma renda média de R\$373,52, equivalente a 73% do salário-mínimo de R\$510,00. Ou seja, penúria material generalizada, mesmo com uma baixa taxa de “desemprego” (9,7%).

***2 Em primeiro lugar, os dados referentes à urbanização e à distribuição ocupacional da PEA de 1960 a 2010 indicam as transformações na composição das classes do trabalho nos dois municípios, que tendencialmente deixaram de ser agrárias para se tornarem urbanas.*** Há diferenças de nível entre os dois municípios, com Monte Alegre tendo uma maior quantidade de pequenos proprietários rurais em 2010 e uma estrutura agrária menos concentrada ao longo das décadas (e tendo inúmeros assentamentos da reforma agrária, enquanto não existe nenhum em Batalha) e um setor de serviços mais débil, indicativo do menor grau de centralidade urbana exercido pela cidade sobre sua *hinterlândia*. Partindo de pontos desiguais, o resultado tem sido o mesmo: o surgimento de setores sociais assalariados principalmente no comércio e nos serviços e em menor medida na indústria (AUTOR, 2024, p. 457-475, 539-543).

***3 A baixa remuneração da população economicamente ativa é uma constante nos dois municípios ao longo das décadas em questão, independente do maior dinamismo resultado de uma integração mais orgânica à divisão territorial do trabalho,*** ou seja, independentemente de estar atravessando um período de alta na produção de leite, como ocorre nos anos de 1990, o nível de renda das populações locais permanece baixo. Permanecem diminutas também as faixas de renda classicamente tomadas como indicador de classes médias, a faixa de 2 a 10 salários-mínimos, conforme se pode ver nos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2010 para ambos os municípios: em 1980, 44,3% da PEA monte-alegrense recebia até ¼ de salário-mínimo, em 1991 eram 60,1% nesta faixa de renda e em 2010 eram 57,2%, embora aqueles que ganhavam no máximo 1 salário-mínimo foram, respectivamente, 73,8%, 86,65 e

---

<sup>16</sup> <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2010> (acessado às 09h50 de 27/09/2022). Em 2022 a diferença era de quase seis vezes, com o salário-mínimo estando em R\$1.212,00 e o salário necessário estimado em R\$6.754,33.

<sup>17</sup> Números calculados com base na amostra referente à população citada, que constam em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/batalha/pesquisa/23/22787?detalhes=true> (acessado às 10h45 de 27/09/2022).

88,1%, enquanto as faixas de renda das múltiplas classes médias (de 2 a 10 salários-mínimos) passavam de 2,2% a 4,3% e reduziam-se para 3,6%; no caso de Batalha estes números eram, respectivamente, para a mesma sequência de faixas renda e anos, de 55,3%, 51,6%, 49,0%, 88,2%, 85,2%, 86,2%, 5,3%, 5,7% e cai para 3,7% em 2010. Outro elemento probante desse pauperismo do trabalho nas duas cidades é o fato de que, em 2010, 63,4% das famílias de Batalha eram beneficiárias do Bolsa Família e 59,8% das famílias de Monte Alegre estavam na mesma situação.

*4 Nas tabelas abaixo trazemos apenas uma demonstração breve de como indicadores de precariedade do trabalho (sub-remuneração) sinalizam, manifestam desigualdades entre distintas formas-conteúdos espaciais, pois, como tendência geral, indicam que quanto maior a centralidade da cidade, mais complexas suas atividades econômicas e maior a sua capacidade de drenar e controlar renda, melhores os indicadores de renda do trabalho e de formalização laboral, maior a média salarial dos ocupados, maior a mediana salarial dos ocupados, maior a renda per capita dos domicílios, menor a informalidade e maior a formalidade do trabalho.*

**TABELA 1 – VARIAÇÕES ESPACIAIS DE INDICADORES DE RENDA DO TRABALHO: Rendimentos Nominais Medianos Mensais dos Indivíduos da P.E.A. e Rendimentos Medianos Mensais per capita nos Domicílios (Censo Demográfico IBGE/2010)**

MUNICÍPIO	VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MEDIANO MENSAL (Pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento e Economicamente Ativas)	Renda per capita dos domicílios particulares permanentes (Rendimento Mediano Mensal)
Monte Alegre/SE	R\$400,00	R\$150,00
Batalha/AL	R\$450,00	R\$212,50
N.S. da Glória/SE	R\$510,00	R\$240,00
Santana do Ipanema/AL	R\$510,00	R\$200,00
Itabaiana/SE	R\$510,00	R\$310,00
Arapiraca/SE	R\$510,00	R\$275,60
Gravataí/RS	R\$900,00	R\$580,00
São Caetano/SP	R\$1.600,00	R\$1.225,00
Aracaju/SE	R\$720,00	R\$510,00
Maceió/AL	R\$600,00	R\$400,00
São Paulo/SP	R\$1.020,00	R\$740,00

FONTE: Censo Demográfico de 2010, IBGE. Elaboração do autor.

**TABELA 2 – VARIAÇÕES ESPACIAIS DE INDICADORES DE RENDA DO TRABALHO: Rendimentos Médios Mensais dos Indivíduos da P.E.A. e Rendimentos Médios Mensais per capita nos Domicílios (Censo Demográfico IBGE/2010)**

MUNICÍPIO	VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (Pessoas com 10 anos ou mais de idade)	Renda de pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento do trabalho principal ocupada na semana de referência
Monte Alegre/SE	R\$541,00	R\$718,94
Batalha/AL	R\$551,64	R\$696,51
N.S. da Glória/SE	R\$528,52	R\$705,60
Santana do Ipanema/AL	R\$574,16	R\$797,29
Itabaiana/SE	R\$763,29	R\$860,62
Arapiraca/SE	R\$823,15	R\$904,79
Gravataí/RS	R\$1.157,14	R\$1.157,14
São Caetano/SP	R\$2.778,71	R\$3.278,71
Aracaju/SE	R\$1.577,20	R\$1.453,44
Maceió/AL	R\$1.280,71	R\$1.268,82
São Paulo/SP	R\$2.055,01	R\$2.121,92

FONTE: Censo Demográfico de 2010, IBGE. Elaboração do autor.

As tabelas nº 1 e 2 listam um conjunto de cidades de níveis desiguais de centralidade, indo do mais baixo, onde estão Monte Alegre e Batalha, diretamente estudada por nós, seguidas por duas cidades que já romperam os limites da condição de centro local e, com praticamente o mesmo nível de centralidade e as mesmas dimensões demográficas, as quais drenam fluxos financeiros e de força de trabalho do Alto Sertão de Sergipe (N. S. da Glória/SE) e do Médio Sertão de Alagoas (Santana do Ipanema/AL), sendo, de algum modo, cidades que transitam para a condição de cidades médias; em seguida vêm Itabaiana/SE e Arapiraca/AL, duas cidades médias agrestinas com fortes semelhanças em suas funcionalidades. A escolha das cidades, até este ponto, segue uma ascendência de hierarquia nas redes urbanas onde estão inseridas Monte Alegre e Batalha. Incluímos na comparação Gravataí/RS e São Caetano do Sul/SP em virtude de terem sido objeto de comparação para evidenciar desigualdades espaciais manifestas, mas não analisadas na bibliografia da Sociologia do Trabalho, por serem cidades médias em regiões metropolitanas (e, portanto, serem um universo urbano distinto das outras 6 cidades anteriores), por serem cidades onde se concentram elevados volumes de capital industrial e de serviços e por serem cidades do Centro Sul, e que, nessa condição, evidenciam mais um nível de desigualdade espacial. Depois, estão nas tabelas comparativas as capitais regionais que comandam as redes urbanas das duas cidades diretamente objeto desta pesquisa e das 4 cidades seguintes. Por fim, incorporamos São Paulo/SP, a metrópole nacional e o ponto de concentração mais denso das ligações brasileiras com o capitalismo global. Percebemos que, como regra, quanto mais descemos de Monte Alegre até São Paulo, maiores são as rendas do trabalho aferidas pelas diversas medidas presentes nas tabelas. Ou seja, quanto maior a centralidade, quanto maior a complexidade das atividades exercidas pelas respectivas cidades na divisão territorial do trabalho e quanto maior o controle de agentes nelas instalados sobre a renda e riqueza que por elas circula, melhores são os indicadores de renda do trabalho. Isso é um indício significativo da validade de nossa tese 2, que tem como pressuposto tratar-se de cidades pequenas típicas, ou seja, que desempenhem os *papeis* de *centro local*, *depósito de força de trabalho* e *centro dependente de recursos externos*, o que **engloba a imensa maioria das cidades pequenas**, já que *apenas uma minoria são* “*company-towns*”, *cidades especializadas* e *subúrbios dormitórios de uma metrópole* (a tipologia de Roberto Lobato Corrêa, já citada).

Porém, há duas situações que apontam para a interferência de assimetrias espaciais de natureza regional que fazem com que a sequência tracejada nas tabelas não seja contínua em seus indicadores quanto mais descemos de Monte Alegre até São Paulo. Essas duas

situações são as de Gravataí/RS e de São Caetano do Sul/SP, principalmente desta última. Tal assimetria espacial regional aparece no fato de que as rendas medianas da PEA e as rendas *per capita* mediana mensal dos domicílios (tabela nº 1) são maiores nestas duas cidades do que em Aracaju/SE e Maceió/AL, cidades de mais elevado nível hierárquico na rede urbana nacional e de maior controle dos agentes locais sobre os capitais e rendas nelas produzidos ou para elas drenados. Tanto a cidade gaúcha quanto a paulista são polos da indústria automobilística e de parte da cadeia industrial ligada a esta, cujos capitais são multinacionais e não são, nem de longe, controlados pela burguesia, a pequena burguesia ou pelos detentores do poder de Estado nessas duas cidades médias do Centro Sul. Há também o fato de que tanto Gravataí/RS quanto São Caetano/SP estejam situadas em áreas metropolitanas do Centro Sul, onde houve maior concentração de capital e densidade do processo de industrialização ao longo do século XX, com o próprio Estado brasileiro reforçando essa concentração regional em detrimento do Nordeste. Essa distorção espacial de natureza regional se faz presente também no fato de que São Caetano do Sul/SP possui rendas médias da PEA e renda *per capita* média dos domicílios maiores do que as de Aracaju/SE (respectivamente 76% maior e 125% maior) e de Maceió/AL (117% e 158% maior). Tais fatos, porém, não invalidam a tese 2, apenas apontam contratendências espaciais a uma tendência espacial com fortes indícios de sua validade; a tese 2, como qualquer tese, não indica uma necessidade, que se objetiva independente de qualquer mediação, como se se tornasse real ao incidir sobre uma realidade unidimensional, a tese 2 indica, como já dissemos, uma determinação e determinações são tendenciais e, já nos lembrava Milton Santos em 1979, são diferentes de necessidades (SANTOS, 2004, p. 43-44)<sup>18</sup>. A segunda tese, até este momento da pesquisa, tem sido confirmada nos distintos níveis de abstração e escalas de desigualdades espaciais em que foi formulada, como tentamos argumentar.

---

<sup>18</sup> Outra assimetria verificada nas tabelas e que foge da regularidade ascendente Monte Alegre – São Paulo é o fato de que todos os indicadores são melhores em São Caetano do Sul/SP do que na metrópole São Paulo/SP. Neste caso, há a interferência de fatores ao mesmo tempo espaciais, econômicos, demográficos e sociais, pois, tanto pelas gigantescas discrepâncias de dimensão da mancha urbana, de dimensão da economia, de dimensão demográfica e de dimensão social (multiplicidade de classes e frações de classes sociais) entre as duas, há, em São Paulo/SP, maior heterogeneidade socioeconômica, maior variabilidade de renda, riqueza e ocupação, sendo grandes os hiatos que separam esses extremos, diferente de São Caetano /SP, uma cidade mais homogênea em termos sócio-ocupacionais e mesmo em padrão de vida, além de ser uma cidade onde o solo do município é totalmente coberto pela mancha urbana densa, sem espaço para crescer (ou seja, é uma cidade que “exporta” para fora de si problemas advindos da chegada de migrantes) e constituindo uma cidade com boa disponibilidade de recursos públicos para lidar com seus problemas. Contudo, tal desigualdade não espanta e já é velha conhecida da Geografia: sabe-se disso desde 1990, graças às pesquisas de Milton Santos sobre a “*Metrópole Corporativa Fragmentada*” (SANTOS, 2019, p. 21-42, 83-102, 111-120), e de 1994 com o seu esforço “*Por uma Economia Política da Cidade*” (SANTOS, 2009 b, p. 51-74, 77-103), indicando que a região metropolitana tende a crescer mais que a metrópole e apontando, para o caso específico de São Caetano /SP, a superioridade de seus indicadores socioeconômicos e de bem-estar em geral em relação a São Paulo/SP e ao restante da região metropolitana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA IBGE. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. 29/11/2010.
- ALMEIDA, Maria da Glória de. *Atividades produtivas*. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS e BANESE, 1991 (p. 61-125).
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.
- AMORIM, Antonio. **Batalha – um tempo, uma história**. Maceió: Imprensa Oficial, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** 16ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2015.
- APRATTO, Douglas. **A tragédia do populismo**. 4ª edição. Maceió: Imprensa Oficial, 2022.
- AUTOR. **As prisões espaciais do trabalho. Precariedade estrutural do trabalho na forma-conteúdo espacial cidade pequena (Monte Alegre de Sergipe/SE e Batalha/AL, 1960-2023)**. Versão preliminar de Dissertação de Mestrado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, entregue em 31/01/2024. Batalha/AL, 2024 (Arquivo do autor, 634 páginas).
- \_\_\_\_\_. **Do coronelismo impossível ao clientelismo necessário – Estrutura social, condição espacial e precariedade do trabalho na montagem das tramas políticas em Monte Alegre de Sergipe (1954-2020)**. Batalha/AL: outubro de 2023 (Arquivo do autor, texto incompleto, com 251 páginas em fonte *Cambria* tamanho 12, Margens Normais, Distanciamento 0-6 Simples).
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara/MG**. Tese de Doutorado em Geografia, UFU. Uberlândia/MG, 2008.
- BASSO, Pietro. **Tempos modernos, jornadas antigas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva/SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. Tese de Doutorado em Geografia – UNESP. Presidente Prudente/SP, 2004.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A angústia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- CAMPOS, Lauro. **A crise da ideologia keynesiana**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_. **A crise completa: a economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 6ª edição. Maceió: EDUFAL, 2021.
- \_\_\_\_\_. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 5ª edição. Maceió: EDUFAL, 2012.
- CARVALHO, Otamar de. **A Economia Política do Nordeste**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CASTILHO, Denis. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição**. Dissertação de Mestrado em Geografia na UFG. Goiânia, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Regime de exploração da terra no Nordeste*. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 25, nº 3, 1963, p. 343-372.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju*. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, nº 3, 1965, p. 233-258.

\_\_\_\_\_. *A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução*. **Terra Livre**, nº 10, de 1992, p. 93-116.

\_\_\_\_\_. *Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades*. **Território**, ano IV, nº 6, 1999, p. 43-53.

\_\_\_\_\_. *Repensando a teoria das localidades centrais*. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 a (p. 15-40).

\_\_\_\_\_. *As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos*. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 b (p. 41-91).

\_\_\_\_\_. *As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural*. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 30, p. 05-12, 2011.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. 2ª edição. Aracaju: SEDUC, 2022.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **O subsistema urbano-regional de Aracaju**. Recife: SUDENE, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Zona de Influência de Aracaju*. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 31, nº 3, set. de 1969, p. 103-150.

DRUCK, Graça. *A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores*. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013 (p. 53-72).

DUARTE, Aluizio Capdeville. *Aracaju e sua região*. **Boletim Geográfico**, nº 220, Ano 30, jan. 1971, p. 3-130.

DUARTE, Renato Santos. *Setor informal e absorção de migrantes em cidades de porte médio: os casos de Aracaju e Teresina*. **Cadernos de Estudos Sociais**, Vol. 4, nº 1, jan./jun. de 1988, Recife, p. 55-83.

ENDLICH, Ângela Maria. *Cidade pequena*. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora da UNESP, 2017 (p. 49-56).

\_\_\_\_\_. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

FÉLIX, Gil. **Mobilidade e superexploração do trabalho**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

FERRARI, Onorina Fátima. *A organização espacial do agreste e do sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos*. **Caderno de Geociências**, Vol. Especial, março de 1990, p. 1-53, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Nelmires. **Adeus, cascalho: jovens sergipanos na odisseia do trabalho temporário**. Dissertação de Mestrado em Geografia na UFS. São Cristóvão/SE, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão. *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 17, nº 41, p. 211-229, mai./ago. 2004.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. Dissertação de Mestrado em Geografia na UFSC. Florianópolis, 1990.

\_\_\_\_\_. *A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte*. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 20 a 26 de março de 2005, p. 5.554-5.574.

\_\_\_\_\_. *Rede urbana e divisão territorial do trabalho*. **Geografia** (Londrina), v. 19 n. 2, 2010, p. 115-128.

FRESCA, Tânia Maria; VEIGA, Léia Aparecida. *Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé/PR*. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23, nº 3, p. 387-396, set./dez. 2011.

FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959)*. In: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 (p. 83-164).

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

\_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade afluenta**. São Paulo: Pioneira: 1987.

- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2021.
- GEMELLI, Diane Daniela. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UNEOPA. Francisco Beltrão/PR, 2011.
- GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1969.
- \_\_\_\_\_. **População e povoamento**. São Paulo: DIFEL, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Populações ativas**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (Org.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: SENAC, 2006.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: EDUSP, 2009.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- IBGE. **O Brasil em números**. Rio de Janeiro, Laboratório de Estatística do IBGE, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Batalha – AL*. **Enciclopédia Brasileira de Municípios. Vol. 19**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959 a.
- \_\_\_\_\_. *Monte Alegre – SE*. **Enciclopédia Brasileira de Municípios. Vol. 19**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959 b.
- \_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020.
- JESUS, Edivane de. *A integração avícola catarinense: o trabalho precarizado oculto na contratualização*. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2012 – nº 30, v. 10, p. 103-127.
- JÚNIOR, Nadson Alexandre Vasconcelos. **Organização espacial da bacia leiteira no Semiárido de Alagoas**. Dissertação de Mestrado em Geografia na UFAL. Maceió, 2017.
- LACERDA, Ricardo. *O ciclo desenvolvimentista em Sergipe: 1970-2000*. **Economia Política do Desenvolvimento**, Vol.5, nº 15, set./dez. 2012, Maceió, p. 9-68.
- LIMA, José Hunaldo; PINTO, Josefa Eliane Santana. *Políticas públicas de combate à seca em Monte Alegre de Sergipe*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 36, p. 155-176, 2007, Aracaju.
- LIRA, Fernando. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- LOPES, Diva Maria Ferlin. **O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto**. Dissertação de Mestrado em Geografia na UFBA. Salvador, 2005.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I, Tomo I**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O Capital. Livro I, Tomo II**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- MEDEIROS, Dhiego. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 2018.
- MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes**. Recife: SUDENE/UFPE, 1980.
- MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Catalão/GO: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Tese de Doutorado em Geografia na UFU. Uberlândia, 2008.
- MOREIRA, Silmara Oliveira. *Urbanização e pequenos municípios na Bahia: uma análise com base no município de Belo Campo*. **SITIENTIBUS**, nº 57, p. 1-9 (jul. / dez. 2017), Universidade Estadual de Feira de Santana.

- MOREIRA, Silmara Oliveira; SANTOS, Janio. *Mobilidade temporária do trabalho nos pequenos municípios, frente à reestruturação produtiva do capital*. **Revista Pegada**, v. 17, nº 1, julho de 2016, p. 173-199.
- NOGUEIRA, Marly. *Impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do Estado de Minas Gerais, Brasil*. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 4, p. 177-196, dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. *As pequenas cidades de Minas Gerais: uma tipologia*. **Geoingá**, v. 8, n. 2, p. 38-57, 2016.
- OLANDA, Elson Rodrigues. **Cidade pequena e central**. Curitiba: Appris, 2019.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes. **Observatório do mercado de trabalho e renda em Sergipe - Suplemento**. Aracaju, 01/03/2024.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo; ROSENFELD, Cinara. *A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetórias e tendências atuais*. **BIB**, nº 90, set. 2019, p.1-28.
- OLIVEIRA, Valdete Alves de. **História sociocultural da cidade de Monte Alegre de Sergipe**. Aracaju: Edição da Autora, 2006.
- PASSOS, Carla. *Monte Alegre: originou-se de encontros de viajantes*. **CINFORM Municípios. História dos Municípios**. Aracaju, Edição Histórica, junho de 2002 (p. 148-150).
- PAULO, José Ysnaldo Alves. **Resquícios de minha temporada em Batalha, capital da bacia leiteira alagoana**. São Paulo: Fonte, 2017.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020 [1967].
- REIS, Igor. **Na rota dos calçados: a Vulcabrás Azaleia em Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFS. São Cristóvão/SE, 2016.
- RISÉRIO, Antônio. **Uma história do povo de Sergipe**. Aracaju: SEPLAN, 2010.
- SAGGIORATO, Bruno. *Pesquisa de Geografia Econômica em pequenas cidades. Uma perspectiva metodológica*. **Fixo**, v. 5, nº 19, 2021, p. 384-395.
- SÁ JR., Francisco. *O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistências*. **Estudos CEBRAP**, nº 3, janeiro de 1973, São Paulo, p. 88-147.
- SAMPAIO, Fernando dos Santos; BROIETTI, Marcos Henrique; MEDEIROS, Marlon Clovis. *Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho*. **Cadernos Geográficos**, maio de 2005, Florianópolis, p. 8-77.
- SAMPAIO, Yony (Org.). **Nordeste Rural: a transição para o capitalismo**. Recife: Editora da UFPE, 1987.
- SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto; OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Homem, terra e trabalho no sertão sergipano do São Francisco*. **Revista Brasileira de Geografia – RBG**, v. 49, nº 3, jul. /set. 1987, p. 117-138.
- SANTOS, Alana Regina dos. **Indicadores socioambientais do Alto Sertão Sergipano: relações de poder e convivência com a seca**. Tese de doutorado PRODEMA-UFS. São Cristóvão/SE, 2019.
- SANTOS, Lourival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano: Estruturação e Arranjos (1850-1925)**. Tese de Doutorado em Geografia na UFS. São Cristóvão/SE, 2011.
- SANTOS, Milton. *As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina*. In: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979 a (p. 69-75).
- \_\_\_\_\_. *A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos*. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979 b (p. 36-54).
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009 a.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: EDUSP, 2009 b.
- \_\_\_\_\_. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Metrópole Corporativa Fragmentada**. São Paulo: EDUSP, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2020.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização desigual**. São Paulo: EDUSP, 2021.

SANTOS, Ríclaudio Silva. **Análise Integrada da paisagem do Geocomplexo Alto Sertão Sergipano**. Tese de Doutorado em Geografia na UFS. São Cristóvão/SE, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O ex-Leviatã Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA; Anieres da; GOMES, Rita de Cássia; SILVA, Valdenildo (Org.). **Pequenas cidades: abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. Dissertação de Mestrado em História na UFF. Niterói, 1981.

SILVA, Hilda; BOTELHO, Maria Emília de Castro; MOREIRA, Maria Helena Salles; BRANDÃO, Lucia; ERTHAL, Rui; OLIVEIRA, Marcos Raul Barros de. *Maceió e sua área de influência*. **Boletim Geográfico**, nº 225, Ano 30, nov./dez. de 1971, IBGE, Rio de Janeiro, p. 3-76.

SILVA, Onildo Araujo da. (Org.). **A cidade pequena na interface urbano-rural**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIRELLI, Paula Martins; OLIVEIRA, Ranieri Carli de; CAMPOS, Keyla Marques; SILVA, Heloá Júlio. *Trabalho, reestruturação do capital e mercado de trabalho em Macaé*. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2012 – nº 30, v. 10, p. 187-207.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª edição ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: UFS, 1987.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2021.

VILAR, José Wellington Carvalho. **O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFS. Aracaju, 1991.